

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

VOCATIONAL EDUCATION GATHERING CHILDREN AND YOUTHS FOR THE WORLD OF WORK: FROM CRAFT TO PROFESSIONAL/TECHINICAL SCHOOLS

Maria Teresa Garbin Machado ¹

Alessandra David²

Resumo: Este trabalho³ apresenta as interfaces históricas do ensino profissional no cenário da educação nacional, tendo como pano de fundo a instalação de uma escola profissional num pequeno município do estado de São Paulo, na década de 1940. A principal diferença entre as escolas artesanais e as escolas profissionais, criadas no estado de São Paulo a partir dos anos 1920, assenta-se no fato de que a primeira tinha um caráter assistencial e compensatório, uma vez que o público atendido era especialmente composto por crianças e jovens em situação de risco (pequenos delinquentes, órfãos, crianças abandonadas, etc.) e a segunda era voltada para a classe trabalhadora em geral, com baixa escolaridade, porém, constituinte de um grande setor apropriado para prover as necessidades de então. A concepção de educação técnica- profissional foi sofrendo alterações, sobretudo ao longo do século XX, acompanhando as sucessivas reformas legislativas e educacionais e as necessidades de desenvolvimento do País. Nesse contexto, a escola pesquisada vivenciou esse processo de mutação, sendo, portanto, um espaço de memória do ensino profissional local. As fontes utilizadas são os documentos da instituição à qual a escola pertence e os produzidos pela equipe escolar. Ao abordarmos a história dessa instituição escolar, desde sua criação, no ano de 1949, até o ano de 2009, quando completou 60 anos, levantamos sua trajetória, sua identidade e seu papel na preparação de crianças e jovens para o mundo do trabalho.

¹Mestre em Educação pelo CUML. Doutoranda em Educação Escolar pela UNESP/Araraquara. Diretora da ETEC Alcídio de Souza Prado de Orlândia/SP. E-mail: mariateresagarbin@googlemail.com

²Doutora em Educação Escolar. Professora do Programa de Mestrado em Educação do CUML. Coordenadora da linha de Pesquisa História da Educação e Currículo. E-mail: davidaleessandra@uol.com.br

³Trabalho apresentado anteriormente no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado no período de 22 a 25 de agosto de 2010, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. Para esta versão foi revisto.

Palavras-chave: História do Ensino Profissional; Educação de Crianças e Jovens; Mundo do Trabalho.

Abstract: This paper presents the vocational education historical interfaces in the national education setting with the background the foundation of a vocational school in a town in the state of São Paulo in the 1940's. The main difference between the craft schools and the vocational schools, both created in the state of São Paulo in the 1920's, lies in the fact that the first was based on assistance and compensation since the program was intended to address children and youth at risk (minor offenders, orphans, abandoned children, etc), and the latter was intended to address the working class in general with low education, but composed of a large segment suitable to meet the needs of that time. The concept of professional/technical education went through changes, mainly during the 20th century, following the successive legislative and educational reforms and the country's development needs. In this context, the mentioned school went through this mutation process, and therefore, turned into a memory space of local vocational education. The sources used are composed of the documents of the institution to which the school belongs and the documents produced by the school staff. Approaching the school history since its foundation in 1949 until 2009, the year of its 60th anniversary, we raised its trajectory, its identity and its role in preparing children and youths for the world of work.

Keywords: Vocational Education History; Child and Youth Education; Work World.

O presente artigo analisa o ensino profissional numa perspectiva histórica, a partir da criação, no final da década de 1940, de uma instituição que oferecia um curso profissionalizante. Assim sendo, podemos inseri-lo, de certa maneira, no contexto da chamada história das instituições escolares. Segundo Buffa (2002), “pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois, as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas” (p. 25). Consideramos este trabalho parte desse pressuposto, haja vista que uma das autoras acompanhou sucessivas mudanças pelas quais a escola em estudo passou, desde quando pertencia à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para, em seguida, ser incorporada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, quando foi integrada ao Centro Estadual Tecnológico Paula Souza, autarquia que abriga escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), inserida atualmente na Secretaria de Desenvolvimento do Governo de São Paulo.

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

Para Gatti Júnior (2002)

percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos (p.20).

Situação vivenciada por essa escola que, como vimos anteriormente, muito se transformou desde sua criação o que ensejou inúmeros desafios à própria instituição e à equipe escolar, uma vez que, apesar de estar sempre voltada ao ensino técnico, pertenceu a diferentes Secretarias governamentais, com equipes diversas, em momentos históricos e políticos peculiares de cada época.

Nesse sentido, Werle (2004) acredita que “a história das instituições escolares é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e seu contexto” (p.14). Apontamento que nos faz pensar sobre o percurso metodológico da pesquisa sobre história das instituições escolares, que neste trabalho utilizou a análise documental. As fontes foram os documentos da instituição à qual a escola pertence, além de documentos produzidos pela escola, como os planos escolares anuais, que encerram os compromissos assumidos e desenvolvidos pela equipe escolar.

Como adverte Saviani (2004), “as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (p.5).

Além disso, se as fontes históricas são sempre produções humanas, não se podendo falar em fontes naturais, é preciso distinguir entre as fontes que se constituem de modo espontâneo, comportando-se como se fossem naturais e aquelas que produzimos intencionalmente. E nessa última categoria cabe, ainda, diferenciar entre aquelas que disponibilizamos intencionalmente tendo em vista possíveis estudos futuros, independentemente de nossos interesses específicos de

pesquisa, e aquelas que, não nos sendo dadas previamente, nós próprios, enquanto investigadores, as instituímos, as criamos, por exigência do objeto que estamos estudando (SAVIANI, 2004, p.6).

Podemos afirmar que essa pesquisa engloba os dois tipos de fontes, ou seja, a espontânea e a intencional. A espontânea se constitui nos documentos institucionais da escola, desde sua fundação. “Os documentos, elementos pré-textuais, considerados no processo de acreditação são representações, simbolizações da instituição, articuladas às relações de poder, seus valores, práticas e propostas pedagógicas” (WERLE, 2004, p. 16). As intencionais são aquelas que contemplam as fontes (os documentos) produzidas pelos atores que compõem a instituição escolar, como os planos anuais realizados pela comunidade escolar.

É importante ressaltar que este estudo resvala na memória da escola. Na realidade, ele se firma como um espaço de memória do ensino profissional local, visto que, ao abordar a história dessa instituição escolar, levantamos sua trajetória, sua identidade e seus valores na construção de profissionais para o mercado de trabalho da localidade e da região em que ela se situa.

Sendo assim, a finalidade da criação da escola, em 1949, e dos cursos então oferecidos por ela (ajustador mecânico para homens e serviços domésticos para as mulheres) foi o atendimento imediato de necessidade de mão de obra. A mentalidade em vigor na sociedade brasileira, desde a Colônia, via no trabalho uma possibilidade do ingresso dos pobres e desvalidos no mundo produtivo, dentro de um ideário de educação produtivista e reprodutora das desigualdades sociais, condicionada à aceitação das condições sociais dominantes, ao reservar aos economicamente menos favorecidos uma possibilidade de educação direcionada apenas para o mundo do trabalho.

A herança cultural trazida pelos colonizadores ibéricos desde a educação jesuítica fez com que a cultura brasileira tivesse uma influência marcante da antiguidade clássica (sociedade escravagista), com a conotação de que o trabalho manual era indigno para o homem livre. A cristalização dessa mentalidade foi demonstrada pela atribuição dos trabalhos manuais aos escravos, enquanto que os filhos dos colonos eram distanciados e isentos do trabalho físico e destinados ao intelectual, denotando-se, desde essa época, a divisão e hierarquização entre o conhecimento intelectual e o manual (CUNHA, 2000a).

As raízes históricas dessa dualidade - a educação para a cidadania e a educação para o trabalho - persistem ainda nos dias atuais, nos quais, em razão

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

da industrialização crescente, acentuou-se o preparo profissionalizante para o mercado de trabalho, em permanente tensão com a função propedêutica da educação escolar.

No contexto de seu papel colonial, o Brasil importou a ideia das Corporações e Bandeiras de Ofício que, apesar de não apresentarem o mesmo brilhantismo europeu, prolongaram-se em solos brasileiros até 1824, com uma atuação persistente no exercício de atividades artesanais, com mestres e aprendizes.

Após a reforma pombalina, a educação nacional apresentou uma lacuna de mais de meio século com a instituição das aulas régias, nas quais somente a elite colonial masculina tinha o privilégio da destinação aos cursos superiores, objetivando-se a formação de pessoas qualificadas ao exército e Estado. Com a vinda da família real para o país, em 1808, os postos de trabalho no artesanato urbano, em engenhos de açúcar e mineração, foram sendo aos poucos compartilhados por escravos e homens livres não qualificados (ZOTTI, 2004).

O ensino profissional continuou perpassando por iniciativas do Exército, Marinha e entidades filantrópicas, mesmo após a Independência, enfocadas na mão de obra compulsória de órfãos, abandonados e desvalidos da sorte e, mesmo após 1827, com a Lei das Escolas das Primeiras Letras, a decadência da mineração e o aumento da economia cafeeira, permaneceu a conotação do ensino manufatureiro e do profissional, como “obras de caridade”.

Moraes (2002b, p. 47) enfatiza que nos anos finais do Império a instrução popular oficial resumia-se ao ensino das primeiras letras, com as poucas instituições de ensino elementar mantidas por ordens religiosas e por alguns grupos de imigrantes, dedicadas à educação de crianças provenientes de setores privilegiados da população. O governo mantinha apenas duas casas de recolhimento e educação de crianças órfãs e abandonadas: o “Instituto de Educandos Artífices”, para meninos, e o “Seminário da Glória”, para meninas, ambos criados como obra de assistência social aos pobres e “desfavorecidos da sorte”.

Portanto, no Império o ensino profissional e artesanal era apresentado de maneira assistencial e compensatória aos pobres e desafortunados, e como veículo ao trabalho qualificado, legitimador da dignidade e da pobreza.

O Estado Republicano e a presença do trabalho livre, aliados ao desenvolvimento comercial, urbano e industrial, propiciaram o surgimento de outros interesses e necessidades, que exigiram a implementação de novas

medidas no campo do ensino popular e profissional. Já nos primeiros governos republicanos, o ensino popular foi expandido sensivelmente, com escolas primárias oficiais constituídas pelos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas (MORAES, 2002a, p. 17). Como analisa Souza (2008), “a expansão do ensino público no estado de São Paulo privilegiou a zona urbana em detrimento da rural. Embora o crescimento das matrículas tenha permanecido muito aquém das necessidades da demanda escolar, uma rede significativa de grupos escolares foi implantada no estado” (p. 47).

Trabalhos recentes (FREITAS e BICCAS, 2009) questionam a vinculação entre educação e desenvolvimento, amparados, sobretudo, nas análises realizadas por Celso Furtado sobre o compêndio “Estatísticas do século XX”, publicado pelo IBGE em 2005. Nele Furtado esclarece que a industrialização no Brasil seguiu um viés tecnicista, uma vez que a técnica foi utilizada apenas para poupar mão de obra e não para qualificar o ser e o agir do trabalhador, o que levou a um “processo de enriquecimento concentrado, que conserva enormes contingentes populacionais à margem do processo de incremento qualitativo das relações de trabalho. Trata-se de um histórico de concentração de riqueza antes de ser um histórico de desenvolvimento” (p.108).

Apoiados nessa concepção, Freitas e Biccass (2009) advertem que “a disseminação da escola pública no Brasil não foi consequência natural e inexorável da industrialização” (p.108) e que é necessário “desvendar o complexo campo da construção de direitos políticos da sociedade civil, [...] para entender a forma social que a escola adquiriu quando se espalhou” (p.108). Nesse sentido, concebemos que as escolas técnicas e a educação profissionalizante, de uma maneira geral, são intrínsecas a essas circunstâncias, notadamente porque são voltadas para a qualificação e adequação social do jovem futuro trabalhador às normas do mundo do trabalho.

As preocupações com o ensino profissional são pontuadas em 1892, com a limitação legal do trabalho de menores nas fábricas, e o surgimento marcante das escolas de aprendizes e artífices. Também em 1892 tem início a rede de educação profissional no estado de São Paulo, com cursos noturnos de alfabetização para trabalhadores. Com a instalação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1873, em que o ensino de ofícios era destinado aos mais aptos, mas ainda delimitado aos pobres, o sistema educacional e a educação profissional apresentaram uma nova configuração, o trabalhador assalariado urbano, envolvido em um processo institucionalizado de qualificação e

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

disciplinamento e voltado para o mercado de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado paulista (MANFREDI, 2003, p. 80).

A partir de 1911, começam a funcionar na cidade de São Paulo escolas profissionais destinadas ao ensino de “artes industriais”, para homens, e de “economia doméstica e prendas manuais”, para mulheres, que serviram de modelos a outras, estendidas pelo interior do Estado. A principal diferença entre as escolas artesanais e as escolas profissionais, criadas no estado de São Paulo a partir dos anos 1920, assenta-se no fato de que a primeira tinha um caráter assistencial e compensatório, uma vez que o público atendido era especialmente composto por crianças e jovens em situações de risco (pequenos delinquentes, órfãos e abandonados) e a segunda era voltada para a classe trabalhadora em geral, com baixa escolaridade, porém, constituinte de um grande setor apropriado para prover as necessidades de mão de obra.

A década de 1930, com a instalação do Ministério da Educação e Saúde Pública, instituiu vários decretos denominados “Reformas Francisco Campos”, que regulamentaram, entre outros, o ensino secundário e o comercial, bem como a profissão de contador. Porém, continuou a tradição escolar brasileira, de manter a desarticulação do ensino secundário com os profissionais, sendo negado a estes o acesso ao ensino superior.

Também em 1930, Lourenço Filho iniciou uma série de reformas na Diretoria de Instrução Pública, em São Paulo, destinadas à rede pública estadual, criando, em 1934, a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Em uma nova forma de gestão, foram assumidos os princípios do taylorismo e os fundamentos da psicotécnica, implantando-se a seleção de alunos através de “julgamento psicológico, social, econômico e profissional” para as profissões consideradas mais adequadas às suas aptidões. O educando ainda era acompanhado individualmente no decorrer de toda aprendizagem escolar, mediante provas e testes psicotécnicos, com serviços de “reabilitação profissional de operários, já em trabalho nas indústrias” (MORAES, 2002b, p. 49).

A reforma Capanema, realizada pelas leis orgânicas decretadas de 1942 a 1946, marcou em âmbito federal, por meio da Lei Orgânica do Ensino Profissional, a institucionalização de duas redes paralelas: o ensino secundário propedêutico voltado aos estudos superiores, de preparo às elites condutoras, e o ensino profissional de nível técnico, com a finalidade de formar mão de obra

qualificada ao mercado, sem canais de comunicação com o ensino secundário, em um ramo distinto. As modalidades informais de educação destinadas ao treinamento/qualificação profissional de trabalhadores industriais passaram a ser monopolizadas por instituições privadas ou para-estatais, como o SENAI, gerido pela Confederação Nacional das Indústrias (MORAES, 2002b, p. 50).

De acordo com Manfredi (2003, p. 95), a política educacional do Estado Novo, refletindo a substituição do modelo agroexportador pelo da industrialização, legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, em sintonia com a divisão de trabalho e a estrutura escolar, ou seja, um ensino secundário destinado às elites condutoras, e os ramos profissionais do ensino médio destinado às classes menos favorecidas. Freitas e Biccás (2009), ao refletirem sobre a reforma educacional empreendida pelo Estado Novo com apoio de forças locais, concluem que “o Brasil oficializou a existência de uma modalidade de educação para os alunos pobres: a educação profissional” (p.127).

Nesse cenário, Moraes (2002b, p. 50) enfatiza que: “estavam consolidadas as matrizes que, com pequenas diferenças, orientam a organização e o funcionamento do ensino técnico e profissional no estado (e no país) até nossos dias”.

No estado de São Paulo, a instalação de escolas profissionais em Mococa (1931), São Carlos e Santos (1933), e a farta legislação relativa ao ensino industrial atestaram a extraordinária evolução do ensino técnico paulista, sendo que, em 1946, foi assinado o Decreto-Lei nº 16.108, que determinou a criação de cursos práticos em localidades do interior, com a ideia de habilitar pessoal para trabalhos com formação menos profunda (FONSECA, 1986, v. 5, p. 161- 162).

O reforço oferecido pela Superintendência da Educação Profissional e Doméstica junto à Secretaria da Educação no estado de São Paulo determinou a continuidade da rede de escolas técnicas, permitindo, em 1947, o surgimento do embrião da escola lócus desta pesquisa, por meio da intermediação política do deputado estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira. Sendo assim, em Orlandia foi criado o Curso Prático de Ensino Profissional, pela Lei nº 77, de 23/02/1948, instalado em 25 de junho de 1949, conforme os moldes do Decreto-Lei nº 16.108, de 14/09/1946 (FONSECA, 1986, v. 5, p. 182).

A finalidade desse curso era o atendimento imediato da necessidade de mão de obra, com o oferecimento de cursos práticos de ensino profissional de dois anos de Ajustadores Mecânicos, e cursos femininos de Serviços Domésticos (CURSO PRÁTICO DE ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA. Livro de Atas de exames, 1949).

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

Em 21 de janeiro de 1954, pela Lei nº 16.108, o Curso Prático de Educação de Orlândia foi transformado em Escola Artesanal, com melhorias curriculares, sendo que, em 1958 oferecia os cursos de aprendizagem profissional, em séries únicas, de Iniciação de Torneiro Mecânico, Desenho, Corte e Costura, e Serviços Domésticos (ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA, Livro de Atas de exames, 1958).

A LDB de 1961 perpetuou a seletividade e a dualidade na estrutura educacional brasileira, especialmente com o ensino secundário, dada a reunião dos ramos do ensino técnico-profissional, sob a denominação de ensino médio. A flexibilidade se deu com o acesso ao ensino superior e o aproveitamento de estudos entre os diversos ramos do colegial. Com o golpe militar de 1964, muitas adequações foram realizadas para o ajustamento da legislação educacional à situação vigente.

Muitas dessas adequações se referiram ao ensino profissionalizante e, conseqüentemente, estenderam-se até a escola em estudo, que, juntamente com as demais escolas artesanais da época, tiveram sua denominação alterada para industriais, por meio do Decreto-Lei 41.895, de 30/04/1963 (LIMA, 1987, p. 02).

Em seguida, a Escola Industrial de Orlândia recebeu autorização para expedição de diplomas com validade nacional, passando a oferecer, além dos cursos profissionais já existentes, o antigo ginásio acadêmico. Por essa razão, mais uma vez teve seu nome alterado para Ginásio Industrial Estadual de Orlândia, pelo Decreto-Lei nº. 44.533, de 19/02/1965. Em 15/05/68, pela Lei nº 10.114, e em homenagem a um professor orlandino, a escola passou a ser denominada Ginásio Industrial Estadual “Professor Alcídio de Souza Prado” (LIMA, 1987, p. 02).

A política da Lei 5.692/71 consistiu na fusão dos ramos do 2º ciclo do ensino médio, que na nomenclatura da LDB-1961 consistiam no ensino secundário, normal, técnico industrial, técnico comercial e agrotécnico. Passaram a constituir os cursos então denominados profissionalizantes, destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para todas as atividades econômicas, apesar da resistência das famílias de classe média, que associavam os cursos profissionais à formação de operários. Os cursos exclusivamente propedêuticos, como o antigo colegial, representado pelos cursos clássico e científico, não tiveram mais lugar nesse grau de ensino. Cunha (CUNHA, 2000b, p. 181-182)

A unidade escolar de Orlândia, ainda como Ginásio Industrial, tinha comemorado, em 1974, seu jubileu de prata, mas já se firmava com um novo status, ao abrigar no ano seguinte, além do I Grau da 5^a. à 8^a. séries, também o II Grau, conforme autorização da Resolução SE nº 11, publicada em 14/02/1975, com as habilitações de Auxiliar Técnico em Mecânica e Técnico em Economia Doméstica, mediante autorização da Portaria CEI. de 44/75 (LIMA, 1987, p. 02).

Em 1971, no estado de São Paulo, ocorreu a extinção do Departamento do Ensino Técnico estadual, e as escolas técnicas passaram para a rede de Ensino Básico da Secretaria da Educação, sendo instituída a intercomplementariedade destas escolas que, em 1976, foram denominadas centros estaduais interescolares (GALLEGO, UTAGAWA e CAMARGO, 2002, p. 87). Assim, pela Resolução nº 13, de 21/01/1976, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a escola em questão recebeu a denominação de Centro Estadual Interescolar “Professor Alcídio de Souza Prado” (LIMA, 1987, p. 02).

Em 30 de março de 1976, no aniversário da cidade, com a presença do então governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, foi inaugurado o prédio atual, permitindo o acolhimento de cursos oriundos de outras escolas, com ampliação significativa da quantidade de alunos e da equipe escolar.

Nesse mesmo ano, a escola estudada possuía o 1º Grau de quinta a oitava série, com terminalização em Iniciação para o Trabalho, com Economia Doméstica, para as meninas, e Mecânica Geral, para os meninos. O Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau, com especificação em maternal e jardim de infância, oriundo de outra escola estadual tradicional foi acolhido, com alunas na segunda e terceira séries, mesmo diante da resistência apresentada por professores e alunos, que não aceitavam a mudança imposta.

O funcionamento desse curso no período da manhã, tido como elitizado na época, muito colaborou para quebrar a antiga cultura, ainda persistente, de que a “escola industrial” era só para pobres. O 2º Grau era oferecido com as Habilitações Profissionais de Auxiliar de Documentação Médica (Parcial, com 3.510 h), Técnico em Economia Doméstica (Plena, com 3.510 h), Desenhista Mecânico (Parcial, com 3.510 h) e Técnico em Mecânica (Plena, com 3.510 h), conforme a Lei nº 5.692/71 (CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, Grades Curriculares, 1976).

A partir de 1977, a mesma escola passou a oferecer o 2º grau com formação profissionalizante básica de 3.196 h, nos denominados setores primários e secundários, com a implantação do setor terciário no ano seguinte, em 1978.

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

Estas denominações eram decorrentes da diferenciação das disciplinas instrumentais, sendo que o setor primário era voltado para a área de disciplinas biológicas, o secundário para a área de exatas e o terciário para a área de humanas.

O prestígio da escola na região levou à parceria, em 1981, com uma usina açucareira, levando à instalação de uma extensão denominada Escola Profissionalizante Vale do Rosário, com cursos profissionalizantes de Artes Industriais, Educação para o Lar e Corte e Costura (EPPSG PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, Livro de Matrículas da Escola Profissionalizante Vale do Rosário, 1981). Não obstante a incorporação de outros níveis de ensino na escola pesquisada é perceptível sua vocação para o ensino técnico e profissionalizante, cujo oferecimento persistiu, apesar das significativas mudanças a que a escola se submeteu.

Em 1982, a Lei nº 7.044 revogou a obrigatoriedade da profissionalização do 2º grau, substituindo os termos “qualificação para o trabalho” para “preparação para o trabalho”, e a habilitação profissional, de “obrigatória”, para “opcional”. Em 1991, a escola estudada mudou de secretaria estadual, sendo transferida da Divisão de Apoio à Escola Técnica Estadual (DISATE), da Secretaria da Educação, para a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a partir de 1º/01/1992, fato que alterou sobremaneira a vida de toda a equipe e da comunidade escolar.

No final de 1993, outra grande mudança aconteceu com a escola, juntamente com mais de 80 escolas técnicas da Secretaria Estadual da Educação paulista. Passou a pertencer ao Centro Paula Souza, instituição que, na época, possuía 21 unidades pertencentes à Secretaria de Ciência e Tecnologia, que assim teve quadruplicada sua rede, aumentando sua diversidade de habilitações. Com essa incorporação, a escola passou a ser denominada Escola Técnica Estadual Alcídio de Souza Prado.

A LDB nº 9.394/96 (BRASIL,1996) adequou os objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional, ou seja, à globalização e ao neoliberalismo econômico, com a consolidação do processo de formação do cidadão produtivo. No caso da educação técnica prevaleceu a formação em técnicas produtivas e não em politécnica, ou seja, em fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o trabalho moderno. Nesse sentido, o Decreto nº 2.208/97 (BRASIL,1997) estabeleceu a separação entre ensino médio e

profissional, gerando sistemas e redes distintas, reduzindo a formação técnica a treinamento fragmentado e, mais uma vez, contribuindo para a dualidade do ensino.

O perfil da escola objeto desta pesquisa mudou radicalmente com a mudança do ensino integrado para a oferta do ensino médio e técnico separadamente. A clientela escolar mais uma vez sofreu adaptações, com os alunos cientes de que poderiam cursar ensino médio, no período da manhã, e se inscreverem para prestar o vestibulinho para o ingresso nos cursos técnicos, por opção e, independentemente, a partir da segunda série do ensino médio, nos períodos vespertino e noturno.

Em 2004, o Decreto nº 2.208/97 foi substituído pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), pelo qual a educação profissional deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Diante de tantas transformações advindas de imposições legais ou de mudanças decorrentes do contexto atual, a escola técnica aqui analisada ofereceu, no ano de 2007, os cursos de Ensino Médio e Técnicos de nível médio de Administração, Enfermagem, Farmácia, Informática e Marketing e Vendas com 846 matrículas, das quais 240 pertenciam ao ensino médio, e 606 ao ensino técnico, sendo que 67 alunos frequentavam concomitantemente o ensino técnico e o médio nessa mesma escola, com outros discentes do ensino técnico oriundos de outras escolas da região, nas quais cursavam o ensino médio, ou que ainda procediam de maneira subsequente (ETE PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, Plano Escolar, 2007).

Além dos cursos citados, houve o oferecimento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, que visavam oferecer uma rápida qualificação de alunos para inserção no mercado de trabalho, com a duração de 10 semanas e 160 h, com intensa rotatividade de clientela (ETE PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, Plano Escolar, 2007).

Peterossi e Araújo (2003, p. 76-77) descrevem a nova clientela do ensino técnico: antes da reforma instituída pelo Decreto nº 2.208/97, o aluno do ensino integrado era o jovem entre 14 e 17 anos, que visava ingressar no mercado de trabalho como técnico, ou para continuar sua formação, sendo que, após quatro anos, pouco mais da metade ingressava no mercado de trabalho, e os demais continuavam seus estudos em nível superior. Atualmente, o aluno dos cursos técnicos passa a ser jovem ou adulto trabalhador, com idade superior a 20 anos

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

e a escolaridade de nível médio concluída. Os alunos do período noturno tiveram uma elevação do patamar de escolaridade, com a base de conhecimentos saltando do ensino fundamental para o médio, constituindo uma clientela com escolarização de entrada semelhante à do ensino superior, com predomínio de trabalhadores adultos. O ensino integrado, oferecido antes do Decreto nº 2.208/97, tinha 83% dos alunos com idade entre 15 e 17 anos, e o ensino modular possuía apenas 22% nesta faixa etária.

De acordo com dados do SAI- 2001 (Sistema de Avaliação Institucional), o novo aluno do Ceeteps (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza) passa a ser, preponderantemente, jovem, com mais de 19 anos (59,94%), ensino médio concluído (70,74%), renda familiar de até cinco salários mínimos (45%), e que trabalha (48,43%), demonstrando que o ensino técnico se tornou uma opção de continuidade de formação para adultos e trabalhadores já portadores de escolaridade de ensino médio. É um novo tipo de aluno, adulto e trabalhador, que retorna à escola em busca de capacitação para a manutenção, desenvolvimento, mudança, ingresso ou reingresso de sua atividade profissional (PETEROSSO e ARAÚJO, 2003, p. 78).

O Sistema de Avaliação Institucional (SAI) avalia os processos de funcionamento das escolas do Ceeteps anualmente, seus resultados e impactos na realidade social na qual a instituição se insere, com coleta de informações entre a comunidade acadêmica, pais de alunos e egressos. A metodologia utilizada no SAI busca analisar duas dimensões: o mérito (que avalia o todo e a qualidade do funcionamento, intrínseca ao objeto avaliado) e a relevância (que avalia o impacto, o sentido de todo o esforço despendido na obtenção dos resultados), procurando garantir os procedimentos que dão validade e confiabilidade aos critérios de avaliação, como utilidade, viabilidade, ética e precisão, preconizados pelo Comitê de Padrões Internacionais para avaliação.

Sendo assim, a escola estudada, em seus 60 anos de existência, vem atendendo à clientela da região, oferecendo cursos do 1º grau (de 1975 a 1988), Ensino Fundamental (de 1989 a 1994), Supletivo de Ensino Fundamental (de 2000 a 2002), Supletivo de Ensino Médio (de 1999 a 2003), Magistério (de 1976 a 1992), extensão (Escola Profissionalizante Vale do Rosário, em 1981), classe descentralizada de Técnico em Enfermagem, na cidade de Morro Agudo (2001 a 2002), cursos extraordinários (profissionalizantes das décadas de 1940 e 1950),

cursos avulsos de Pintura (de 1966 a 1967), qualificação básica e ensino de 2º grau/Médio. Com todos os obstáculos impostos pelas diferentes legislações de diversas épocas receberam denominações diferenciadas, como: técnicos, setoriais primários, secundários e terciários, Inciso III, integrados.

A partir de agosto de 2009, um novo desafio foi apresentado à equipe escolar, com a implementação de classes descentralizadas em uma outra localidade (na cidade de Sales Oliveira), em uma escola da secretaria da educação no Plano de Expansão II, com ampliação da clientela em cursos técnicos de nível médio de Secretariado, Informática para Internet, Logística e Jurídico.

Quanto aos cursos profissionalizantes, os Cursos Práticos de Ensino Profissional de Ajustadores Mecânicos e de Serviços Domésticos, de 1949, foram embriões de cursos de técnicos de Contabilidade (1986 a 2004 e novamente a partir de 2008), Processamento de Dados (1990 a 1999), Desenhista de Arquitetura (1993 a 1995), Desenhista Mecânico (1976 a 1987) e Economia Doméstica (1975 a 1978). Atualmente, são oferecidos os cursos de Enfermagem (desde 1994), Informática (desde 1999), Administração (desde 2000), Farmácia e Marketing e Vendas (desde 2004), Logística, Jurídico e Secretariado (desde 2009) e Informática para Internet (desde 2010).

Diante de tantas transformações advindas de imposições legais ou de mudanças decorrentes do contexto atual, a escola técnica aqui enfocada, no corrente ano de 2010 oferece os cursos de ensino médio e técnico de nível médio de Administração, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Informática e Marketing, com 1.116 matrículas na Etec sede, das quais 476 pertencem ao ensino médio (Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/planoescolar>. Acessado em 30/06/2010).

Em relação ao ensino técnico, em 2009, 10,84% dos alunos frequentavam concomitantemente o ensino técnico e médio nessa mesma escola, com outros discentes do ensino técnico advindos de outras escolas da região, onde fazem o ensino médio, ou que ainda procedem de maneira subsequente. A preferência pela escola e seus cursos é evidenciada quando 39% dos alunos dos cursos técnicos já cursaram outro curso na mesma escola (Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/planoescolar>. Acessado em 11/06/2009).

Embora concordemos com Ramos (2005), quando advoga que o ensino médio ainda tem um projeto inacabado, haja vista que permanece a dualidade entre a formação específica e a geral, e seu foco ainda se manter no mercado de trabalho e não na pessoa humana, acreditamos que, diante de inúmeros percalços,

O ENSINO PROFISSIONAL COMO ARREGIMENTADOR DE CRIANÇAS E JOVENS PARA O MUNDO DO TRABALHO: DAS ESCOLAS ARTESANAIS ÀS ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONAIS

caminhos e descaminhos enfrentados, essa escola procura cumprir sua missão, que é:

Propiciar uma educação transformadora de maneira que o jovem e o trabalhador formem competências profissionais para sua real inserção nos mercados de trabalho, e evoluam em sensibilidade para captar as formas da arte, dos avanços tecnológicos, do respeito e da convivência humana, elevando seu padrão de vida e qualidade de processos, produtos e serviços (Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>. Acessado em 30/06/2010).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997.

_____. Decreto Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 jul 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1996.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, J. C. S., GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. Grades curriculares, 1976.

CENTRO PAULA SOUZA. PLANO ESCOLAR. Disponível em <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar.html>>. Acesso em: 11/06/2009.

CENTRO PAULA SOUZA. Plano Plurianual de Gestão- 2010-2014. Disponível em <<http://www.cpsctec.com.br/planoescolar.html>>. Acesso em: 30/06/2010.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP; Brasília: Flacso, 2000a.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000b.

CURSO PRÁTICO DO ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA. Livro de Atas de Exames. Orlândia, 1949.

ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA. Livro de Exames. Orlândia, 1958.

ESCOLA ESTADUAL de PRIMEIRO e SEGUNDO Grau PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. Livro de Matrículas da Escola Profissionalizante Vale do Rosário. Orlândia, 1981.

ESCOLA TÉCNICA PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. Plano Escolar. Orlândia, 2007.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986, v. 5.

FREITAS, M. C., BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GALLEGO, E. A. B., UTAGAWA, M. C., CAMARGO, N. R. Escola Técnica Estadual “Getúlio Vargas”. In: MORAES, C. S. V., ALVES, J. F. (orgs.) **Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S., GATTI JÚNIOR, D. **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

LIMA, A. R. **Proposta de ampliação do prédio escolar**. EEPSP “Professor Alcídio de Souza Prado”. Orlândia, 1987.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, C. S. V. Educação, trabalho e formação profissional. In: PRADO, M. L. C., VIDAL, D. G. (org.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: Edusp, 2002 a.

MORAES, C. S. V. Notas históricas sobre origens do ensino técnico no estado de São Paulo. In: MORAES, C. S. V., ALVES, J. F. (orgs.) Contribuição para a pesquisa do ensino técnico em São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002b.

PETEROSI, H. G., ARAÚJO, A. M. Políticas públicas de educação profissional: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas públicas em São Paulo. In: SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. (Orgs.) Políticas educacionais: o ensino nacional em questão. Campinas: Papirus, 2003.

RAMOS, M. N. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. B. (Orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. V. 3. século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C., NASCIMENTO, M. I. M. (orgs). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.

SOUZA, R. F. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário). São Paulo: Cortez, 2008.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In: Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.

ZOTTI, S. A. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.